

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2024, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 515 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,2% em relação ao exercício de 2023, com destaque para a classe residencial, que registrou um crescimento de 7,1%.

A CPFL Santa Cruz, em 2024, recebeu a premiação da ANEEL na categoria Região Sudeste, para concessionárias acima de 400 mil unidades consumidoras. Além disso, foi eleita vencedora pelo Prêmio Abradee, nas categorias Nacional, Sudeste e Avaliação pelo Cliente, para as empresas com mais de 500 mil consumidores.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2024 começou sob a perspectiva de que a inflação nos EUA iria convergir à meta de forma mais rápida. Esta expectativa foi frustrada no primeiro semestre, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho e números menos favoráveis de inflação. Dados mais enfraquecidos de emprego e inflação a partir de julho levaram o FED a cortar os juros para 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

No entanto, a partir de meados de outubro, o candidato Donald Trump passou a ser considerado favorito para vencer as eleições dos Estados Unidos, com promessas de campanha com potenciais tendências inflacionárias. Esse fator, combinado à divulgação de dados econômicos que mostraram que a desaceleração da atividade e da inflação estava ocorrendo de forma mais lenta, instigou cautela nas decisões do FED a respeito do prosseguimento do ciclo de cortes de juros. Assim, reduziram-se

as expectativas para cortes de juros em 2025, contribuindo para o fortalecimento do dólar, que também tem se beneficiado pelo crescimento mais forte da economia norte-americana.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado por surpresas positivas no ritmo de crescimento da atividade econômica.

Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, o crescimento mais forte decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$ 90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, abrindo espaço para ampliação dos gastos em 2024, ano de eleições municipais; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica benigna da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Começando pelo último fator: o mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024; o crédito não-bancário também teve um bom ano, estimulado pela emissão de debêntures. O crédito às famílias ainda colheu os benefícios do programa Desenrola, ocorrido ao final de 2023.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, mas o rendimento médio real dos trabalhadores também cresceu com força, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$ 90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais, em ano de eleições municipais, em conjunto com a retomada do programa "Minha Casa, Minha Vida", ajudaram a turbinar o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o Rio Grande do Sul, após a tragédia climática que acometeu o estado. Apesar das perdas significativas, os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

A evolução das contas do governo foi tema central durante o ano. Iniciativas de utilização de fundos públicos para execução de programas (com menor transparência), declarações desfavoráveis ao ajuste das contas e o anúncio do pacote fiscal em novembro, que veio acompanhado de anúncio de aumento da faixa de isenção da cobrança de imposto sobre a renda, aumentaram a desconfiança dos mercados em relação ao comprometimento do governo com a estabilidade das contas públicas. Com isso, as taxas de juros de prazo mais longo acentuaram a tendência de alta e o câmbio disparou.

O real se depreciou fortemente em 2024, em parte pelo cenário externo mais conturbado, em face do aumento de incertezas, acompanhando um movimento que ocorreu com diversas outras moedas de países em desenvolvimento e exportadores de *commodities*. Não obstante, cerca de metade da depreciação deveu-se à piora de percepção do quadro fiscal doméstico, pois a depreciação do real foi quase o dobro da verificada por uma cesta de moedas comparativa.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho aquecido acabou se refletindo também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano mais uma vez acima do teto da meta, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo

do ano. Nesse contexto, o Copom suspendeu o ciclo de cortes da Selic antes do que se imaginava, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, o Copom retomou a elevação da Selic, que encerrou o ano de 2024 em 12,25% (11,75% em 2023).

Assim, apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do quadro externo e fiscal doméstico resultou em condições financeiras mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2024:

Em 19 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.311, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da CPFL Santa Cruz, em vigor desde 22 de março de 2024, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 5,63%, sendo 8,22% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e -2,59% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 6,72% e da Parcela B de 1,50%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 5,63%, sendo de 3,57%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,83%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Santa Cruz encerrou o ano de 2024 com 515 mil clientes, com aumento de 11 mil consumidores, representando um crescimento de 2,1%.

Vendas de energia

Em 2024, as vendas para o mercado cativo totalizaram 2.057 GWh, apresentando um crescimento de 1,2% em relação a 2023.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2024 foi de 49,3% para a classe residencial, 13,7% para a classe comercial e 7,7% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- Classe Residencial: aumento de 7,1% devido a melhora da massa de renda e temperaturas mais altas registradas em 2024 em comparação a 2023;
- Classes Comercial e Industrial: retrações de 2,8% e 17,9%, respectivamente, devido ao incremento de MMD (Micro e Minigeração Distribuída) e à migração de clientes cativos para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2023 e 2024, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Santa Cruz conquistou, em 2024, o Prêmio Abradee de Avaliação pelo Cliente, que é dado à empresa que obtém o melhor Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee. O resultado da empresa melhorou 6,6% em relação ao ano anterior, e chegou a 83,3 pontos, o melhor resultado do Brasil entre as distribuidoras com mais de 500 mil unidades consumidoras, sendo que a média nacional foi de 68,9 pontos.

Fornecimento de energia: a CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2024, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,84 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,05 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 2.587 milhões em 2024, representando um crescimento de 14,8% (R\$ 334 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 11,1% (R\$ 156 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 46,5% (R\$ 123 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (iii) 25,1% (R\$ 74 milhões) na receita de disponibilidade da rede elétrica – TUSD; (iv) de 20,1% (R\$ 29 milhões) em outras receitas; (v) de 27,2% (R\$ 2 milhões) no ativo financeiro da concessão; e (vi) de 3,2% (R\$ 2 milhões) no suprimento de energia elétrica; parcialmente compensados pela redução de 65,3% (R\$ 52 milhões) no ativo e passivo financeiro setorial.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 792 milhões em 2024, representando um aumento de 11,1% (R\$ 79 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.796 milhões no ano, registrando um aumento de 16,6% (R\$ 255 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2024, o EBITDA foi de R\$ 353 milhões, representando um aumento de 14,3% (R\$ 44 milhões), devido ao crescimento de 16,6% (R\$ 255 milhões) na receita operacional líquida. Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes aumentos: (i) de 46,5% (R\$ 123 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; (ii) de 11,3% (R\$ 87 milhões) no custo com energia elétrica; e (iii) de 0,4% (R\$ 1 milhão) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Redução de 6,9% (R\$ 6 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 4,2% (R\$ 1 milhão) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 13,0% (R\$ 8 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Redução de 4,2% (R\$ 1 milhão) em outros custos/despesas operacionais.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2024	2023
Lucro Líquido	135.111	102.347
Amortização	78.428	71.877
Resultado Financeiro	86.277	91.271
Contribuição Social	13.698	11.497
Imposto de Renda	39.011	31.424
EBITDA	352.526	308.416

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido: a CPFL Santa Cruz apurou lucro líquido de R\$ 135 milhões em 2024, representando um aumento de 32,0% (R\$ 33 milhões), refletindo o aumento de 14,3% (R\$ 44 milhões) no EBITDA, e a redução de 5,5% (R\$ 5 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (i) de 22,8% (R\$ 10 milhões) no imposto de renda e contribuição social; e (ii) de 9,1% (R\$ 7 milhões) na amortização.

Endividamento: no final de 2024, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Santa Cruz atingiu R\$ 1.457 milhões, representando um aumento de 29,3%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 385 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em—2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra atualmente em 24 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 4, 11, 17, 22, 23 e adicionado o 24, em janeiro de 2025. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Plano

ESG 2030.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: **(i)** desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; **(ii)** treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; **(iii)** apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, **(iv)** monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente e um processo robusto de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2024, temos como principal destaque a ampliação do escopo da certificação ISO 37001 para Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção, o que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Tivemos ainda a atualização da matriz de riscos de Compliance, aplicação da segunda edição da pesquisa de maturidade do programa de integridade, desenvolvemos e implementamos o procedimento de doações e atualizamos e robustecemos o procedimento de conflito de interesses. O Programa contou ainda com um robusto plano de treinamentos para 2024 atingindo principalmente o público operacional, bem como treinamentos conduzidos em parceria com CPFL+Diversa e CIPA. Em 2024 tivemos a celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Santos/SP, com a presença do jornalista esportivo Felipe Andreoli e um treinamento focado para liderança ministrado pelo professor doutor Alexandre Di Micelli. Contamos também com o lançamento da campanha de comunicação "integridade é prioridade" e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Política Anticorrupção", "Assédio moral e tratamento desrespeitoso", "Assédio sexual e importunação sexual", e "Relacionamento com agentes público e boas práticas em ano eleitoral", além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Jaguari atua, em 2024 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, por meio de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 1.470 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 8 mil pessoas; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os

dois países. Ao todo, a frente impactou 835 mil espectadores; **(iv) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando 646 espectadores; **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Ribeirão Preto. Ao todo, ao longo de 2024, foram 153 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube e 23 milhões de visualizações em ações digitais; e **(7) Eficiência energética (0,5% da ROL):** em 2024 foram investidos R\$ 2,8 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 609,0 mil em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 18 clientes; substituição de 14.000 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED), totalizando 610 famílias beneficiadas. Foram investidos também, (b) R\$ 57,9 mil em projetos educacionais, com foco na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética, que beneficiou 1.579 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica. Tivemos ainda, (c) cerca de R\$ 386,5 mil investidos em projetos que proporcionaram a substituição de 184 pontos de Iluminação por LED e 228 KWp instalados em sistemas fotovoltaicos. Por fim, (d) investimento de R\$ 1,8 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando 462 KWp instalados em Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a substituição de lâmpadas por LED em 9 hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.

Gestão de Recursos Humanos: em 2024, treinamos 598 colaboradores. Foram 22 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com escolas para formação de eletricitas ao longo do ano, foram 3 turmas, 29 participantes, 26 aprovados e 12 contratados.

Rede de Valor: em 2024, foram realizados 2 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 120 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Macroeconômico, Planejamento Estratégico CPFL, Plano ESG 2030, Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos, Diversidade e Inclusão e Segurança do Trabalho.

7. Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela CPFL Santa Cruz para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a administração possui políticas

e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Santa Cruz agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
	explicativa		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	43.125	70.311
Títulos e valores mobiliários	6	211.769	17.935
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	237.867	243.760
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	47.051	-
Outros tributos a compensar	8	24.581	21.290
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	84.714	122.674
Derivativos	30	72.356	1.701
Ativo financeiro setorial	9	-	9.970
Estoques		4.416	4.083
Outros ativos	12	65.709	46.741
Total do circulante		791.587	538.465
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	15.329	12.993
Depósitos judiciais	19	17.563	18.759
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	7.386	-
Outros tributos a compensar	8	28.843	25.104
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	-	24.632
Ativo financeiro setorial	9	-	2.879
Derivativos	30	20.212	3.438
Créditos fiscais diferidos	10	-	14.472
Ativo financeiro da concessão	11	249.935	183.111
Outros ativos	12	1.772	2.197
Ativo contratual	13	388.375	244.166
Intangível	14	1.175.503	1.079.632
Total do não circulante		1.904.918	1.611.381
Total do ativo		2.696.505	2.149.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	15	183.642	147.129
Empréstimos e financiamentos	16	500.567	88.521
Debêntures	17	5.123	95.980
Taxas regulamentares		1.399	5.665
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	-	25.508
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	18.222	37.822
Dividendo	21	29.592	12.920
Obrigações estimadas com pessoal		6.433	6.162
Passivo financeiro setorial	9	64.017	20.919
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	53.508	106.358
Outras contas a pagar	20	80.306	45.790
Total do circulante		942.808	592.773
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	569.242	884.749
Debêntures	17	467.597	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	7.071	7.229
Débitos fiscais diferidos	10	16.785	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	33.090	32.704
Derivativos	30	7.141	62.912
Passivo financeiro setorial	9	11.857	3.420
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	15.261	41.988
Outras contas a pagar	20	8.039	9.482
Total do não circulante		1.136.085	1.042.483
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		252.576	218.756
Reserva de capital		485	486
Reserva legal		11.873	5.117
Reserva de lucros a realizar		14.962	8.954
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		289.210	247.457
Outras destinações		48.507	33.820
Total do patrimônio líquido		617.612	514.590
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.696.505	2.149.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	23	1.795.573	1.540.552
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	24	(855.912)	(769.078)
Custo com operação		(164.475)	(156.159)
Amortização		(73.511)	(66.690)
Outros custos com operação	25	(90.964)	(89.470)
Custo com serviço prestado a terceiros	25	(389.115)	(265.806)
Lucro operacional bruto		386.072	349.509
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(41.415)	(33.902)
Amortização		(210)	(194)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.896)	(6.019)
Outras despesas com vendas	25	(30.309)	(27.688)
Despesas gerais e administrativas		(63.252)	(69.424)
Amortização		(4.708)	(4.992)
Outras despesas gerais e administrativas	25	(58.544)	(64.432)
Outras despesas operacionais	25	(7.308)	(9.644)
Resultado do serviço		274.097	236.539
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		60.074	51.249
Despesas financeiras		(146.352)	(142.520)
		(86.277)	(91.271)
Lucro antes dos tributos		187.820	145.268
Contribuição social	10	(13.698)	(11.497)
Imposto de renda	10	(39.011)	(31.424)
		(52.709)	(42.921)
Lucro líquido do exercício		135.111	102.347
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	376,29	285,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	135.111	102.347
Resultado abrangente do exercício	<u>135.111</u>	<u>102.347</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros							Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Outras destinações	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	170.413	501	34.083	233.016	4.230	-	-	442.243
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	102.347	102.347
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	48.343	-	(34.083)	(14.260)	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	5.117	-	-	-	(5.117)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	28.701	-	-	(28.701)	-
Proposta de aumento de capital	-	-	-	-	-	33.820	(33.820)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	4.724	-	(4.724)	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(15)	-	-	-	-	15	-
Transações de capital com os acionistas								
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	218.756	486	5.117	247.457	8.954	33.820	-	514.590
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	135.111	135.111
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital - AGE de 25/04/2024	33.820	-	-	-	-	(33.820)	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	6.756	-	-	-	(6.756)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	41.753	-	-	(41.753)	-
Proposta de aumento de capital	-	-	-	-	-	48.507	(48.507)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	6.007	-	(6.007)	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(1)	-	-	-	-	1	-
Transações de capital com os acionistas								
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2024 e 30/09/2024	-	-	-	-	-	-	(16.649)	(16.649)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(15.440)	(15.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	252.576	485	11.873	289.210	14.962	48.507	-	617.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro antes dos tributos	187.820	145.268
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	78.429	71.876
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.030	10.071
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.896	6.019
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	107.037	120.141
Perda (ganho) na baixa de não circulante	6.717	9.097
	398.929	362.472
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(7.307)	(64.160)
Tributos a compensar	9.808	59.274
Depósitos judiciais	2.299	7.067
Ativo financeiro setorial	6.722	(7.410)
Contas a receber - CDE	(14.448)	(5.911)
Outros ativos operacionais	5.529	10.178
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	36.513	21.761
Outros tributos e contribuições sociais	1.875	12.817
Taxas regulamentares	(4.266)	3.476
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(7.172)	(12.426)
Passivo financeiro setorial	(25.483)	(71.441)
Contas a pagar - CDE	(37)	37
Outros passivos operacionais	24.048	(9.657)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	427.010	306.077
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(55.385)	(50.124)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(70.852)	(37.947)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	300.773	218.006
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(775.944)	(61.375)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	585.804	44.176
Adições de ativo contratual	(384.625)	(270.682)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(574.765)	(287.881)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	507.719	313.613
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(202.841)	(170.509)
Liquidação de operações com derivativos	(45.152)	(39.705)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(12.920)	(38.432)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	246.806	64.967
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(27.186)	(4.908)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	70.311	75.219
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	43.125	70.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
1 - Receita	2.576.259	2.246.724
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.198.413	1.987.341
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	388.742	265.403
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.896)	(6.019)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.451.164)	(1.235.780)
2.1 Custo com energia elétrica	(957.045)	(861.172)
2.2 Material	(228.188)	(186.288)
2.3 Serviços de terceiros	(229.670)	(148.199)
2.4 Outros	(36.261)	(40.120)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.125.095	1.010.945
4 - Retenções	(78.921)	(72.129)
4.1 Amortização	(78.921)	(72.129)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.046.174	938.815
6 - Valor adicionado recebido em transferência	62.728	52.787
6.1 Receitas financeiras	62.728	52.787
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.108.902	991.603
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	77.279	76.358
8.1.1 Remuneração direta	46.447	48.964
8.1.2 Benefícios	27.295	24.767
8.1.3 F.G.T.S	3.537	2.627
8.2 Impostos, taxas e contribuições	745.840	666.478
8.2.1 Federais	434.899	425.472
8.2.2 Estaduais	310.670	240.708
8.2.3 Municipais	271	298
8.3 Remuneração de capital de terceiros	150.674	146.419
8.3.1 Juros	150.259	145.407
8.3.2 Aluguéis	415	1.012
8.4 Remuneração de capital próprio	135.111	102.347
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	16.649	30.000
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	15.440	-
8.4.3 Lucros retidos	103.022	72.347
	1.108.902	991.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia “CPFL Santa Cruz” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigato, nº 1620, 1º andar, sala 03, Jaguariúna, São Paulo, CEP 13.820-000.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 515 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo.

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, o capital circulante líquido negativo de R\$ 151.221 (R\$ 54.308 em 31 de dezembro de 2023), sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar as eventuais necessidades de caixa. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa para quitar suas dívidas, bem como as projeções de fluxos de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

1.2 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Iniciativas específicas

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS), além de projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

Gestão de crises

O Grupo CPFL possui um documento que tem como objetivo estabelecer e regulamentar as principais diretrizes de gestão de crise, incluindo o acionamento do Grupo de Crise, papéis e responsabilidades das partes envolvidas, bem como avaliação da ocorrência e classificação de sua gravidade. Este grupo é responsável pela avaliação dos eventos anormais (“ocorrências”), monitoramento de fatores de risco e gestão das ações endereçadas para situações de crise. A composição é feita por membros permanentes e ad hoc que compõem os times estratégico e de

apoio técnico-operacional. Os membros ad hoc e demais áreas acessórias poderão ser acionadas pontualmente para compor o Grupo, de acordo com a natureza e criticidade do evento.

O primeiro passo para gerenciar a ocorrência é classificar sua natureza e, se caracterizado como crise, o seu nível de gravidade. Ou seja, entender qual é a intensidade com que as consequências e a repercussão dos fatos podem atingir a Companhia e, por fim, os públicos de seu relacionamento.

Para determinar o nível de gravidade, são analisadas as características da ocorrência, considerando o impacto nas pessoas, nas comunidades, no meio ambiente, na área financeira, na segurança patrimonial e nas operações da Companhia.

Para todos os casos, considera-se também a abrangência da repercussão da ocorrência na opinião pública e stakeholders, o que inclui os veículos de comunicação conhecidos: jornais, revistas, rádios, televisões, portais de internet, agências de notícias, blogs, redes sociais e outros.

A extensão da ocorrência e a sua gravidade devem também ser avaliadas, considerando a abrangência do assunto do ponto de vista de localização geográfica. Pela complexidade das operações da CPFL Energia, as emergências ou crises podem ter diferentes níveis de abrangência.

Além das respostas técnicas, a CPFL se mobiliza para oferecer suporte tanto às comunidades afetadas quanto aos seus colaboradores, podendo incluir doações de suprimentos e recursos financeiros, dentre outras ações.

Por exemplo, no evento climático extremo ocorrido recentemente no Rio Grande do Sul, a CPFL implementou medidas em colaboração com outras instituições para a reconstrução das áreas afetadas e restauração de serviços essenciais. Essas ações refletem o compromisso da CPFL com a mitigação de crises, resiliência frente a desastres e o apoio contínuo às comunidades impactadas, garantindo que as operações da Companhia voltem à normalidade de forma eficiente.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpf.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de fevereiro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A

classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Débitos e créditos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 30);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 30 – Instrumentos financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 23).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os

consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos

somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 30). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina

de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como "Não Faturado". Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.11 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários nota 23.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.12 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.13 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.14 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou as alterações ao CPC 26, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço.

Além disso, a Companhia levou em consideração as modificações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações, que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos bancários	9.317	11.039
Aplicações financeiras	33.808	59.272
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	745	817
Títulos de crédito privado (b)	16.592	46.042
Fundos de investimentos (c)	16.470	12.413
Total	<u>43.125</u>	<u>70.311</u>

- (a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e remuneração equivalente, na média, de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (15% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- (b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDBs no montante de R\$ 16.592 (R\$ 22.673 em 31 de dezembro de 2023), e (ii) operações compromissadas em debêntures (R\$ 23.369 em 31 de dezembro de 2023). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 98,11% do CDI (101,89% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- (c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI (100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Através de fundos de investimentos	211.769	17.935
Total	<u>211.769</u>	<u>17.935</u>

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI (100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Circulante	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2024	31/12/2023
Classes de consumidores					
Residencial	42.740	37.826	5.215	85.781	81.990
Industrial	8.276	5.618	2.830	16.725	11.613
Comercial	10.921	6.153	1.281	18.355	17.729
Rural	8.720	4.239	1.056	14.015	11.440
Poder público	4.513	2.671	2.355	9.539	9.937
Iluminação pública	4.984	944	407	6.335	9.022
Serviço público	2.590	4.872	2.534	9.996	6.952
Faturado	82.743	62.323	15.680	160.746	148.684
Não faturado	74.274	-	-	74.274	92.672
Parcelamento de débito de consumidores	6.905	1.742	2.220	10.866	11.121
Operações realizadas na CCEE	3.347	-	-	3.347	494
Concessionárias e permissionárias	1.278	-	-	1.278	1.473
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(266)	-	-	(266)	(298)
Total	168.281	64.065	17.899	250.245	254.147
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(12.377)	(10.387)
Total				237.867	243.760
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	5.145	-	-	5.145	3.808
Energia Livre	10.184	-	-	10.184	9.185
Total	15.329	-	-	15.329	12.993

Parcelamento de débitos de consumidores: refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2022	(14.389)	(726)	(15.115)
Provisão revertida (constituída) líquida	(9.968)	72	(9.897)
Recuperação de receita	3.878	-	3.878
Baixa de contas a receber provisionadas	10.093	-	10.093
Saldo em 31/12/2023	(10.387)	(654)	(11.041)
Provisão revertida (constituída) líquida	(17.589)	(32)	(17.621)
Recuperação de receita	6.725	-	6.725
Baixa de contas a receber provisionadas	8.874	-	8.874
Saldo em 31/12/2024	(12.377)	(686)	(13.063)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	47.051	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	3.120	1.153
ICMS a compensar	19.478	16.779
Programa de integração social - PIS	218	536
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.765	2.821
Outros tributos a compensar	24.581	21.290
Total circulante	71.631	21.290
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.386	-
ICMS a compensar	28.843	25.104
Outros tributos a compensar	28.843	25.104
Total não circulante	36.229	25.104

Imposto de renda e contribuição social a compensar no circulante: refere-se principalmente a constituição de crédito de imposto de renda e contribuição social pago a maior.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante: refere-se ao reconhecimento do crédito gerado sobre a atualização financeira de repetição de indébito. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu que o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na devolução de tributos pagos indevidamente (repetição de indébito). A Companhia havia impetrado ação judicial em julho de 2021, resguardando assim seu direito de recuperar os montantes tributados a maior nos últimos 5 anos. Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil resposta à Solução de Consulta por ela previamente apresentada, que tem relação como tema, tornando-se neste momento possível o reconhecimento do crédito no montante de R\$ 7.386.

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	15.111	21.882
COFINS sobre ICMS	69.603	100.792
Total circulante	84.714	122.674
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	-	4.394
COFINS sobre ICMS	-	20.238
Total não circulante	-	24.632
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	53.508	106.358
Total circulante	53.508	106.358
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	15.261	41.988
Total não circulante	15.261	41.988

Em 2019, a CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005).

Para a “CPFL Santa Cruz” os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até a data da última compensação somaria o montante de R\$ 206.852. Em 2020, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e iniciou a utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil. O crédito judicial foi totalmente utilizado até o ano de 2023.

Em relação ao saldo do passivo com consumidores, houve repasse nos reajustes tarifários como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 203.418, sendo que em março de 2021 (R\$ 20.241), março de 2022 (R\$ 135.567) e março de 2023 (R\$ 48.449) e março de 2024 R\$ 839 de acréscimo (nota 9), com isso, o saldo do passivo com consumidores finalizou, ou seja, todo o crédito de PIS e COFINS foi repassado aos consumidores nos reajustes tarifários em relação a ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105.

A CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” incorporou em dezembro de 2017 a empresa “Companhia de Força e Luz Santa Cruz”, e conseqüentemente passou a deter direito sob a ação judicial relacionada ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS desta Companhia. Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possuir por sucessão a ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS nº 0012204-41.2010.4.03.6100, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 129.374.

Em junho de 2023, a Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial de sua sucedida, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em outubro de 2023, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil, em fevereiro de 2024 as compensações foram iniciadas. Com isso, no reajuste tarifário de março de 2024 foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de (R\$ 79.852) (nota 9), restando assim no passivo com consumidores, o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 68.769.

Ainda sobre esse assunto, em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 28.718 foi recolhido em fevereiro de 2024. Posteriormente, tais valores foram abatidos do repasse ao consumidor no Reajuste Tarifário Anual – RTA.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2024, até dezembro de 2024 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R\$ 77.423, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 84.714.

Foi publicada a Lei n. 14.385 em 28 de junho de 2022, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2023			Receita operacional (nota 23)		Resultado financeiro (nota 26)	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento	Saldo em 31/12/2024		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	20.165	(24.868)	(4.702)	(34.761)	21.205	551	-	(8.871)	(25.239)	(1.339)	(26.579)
CVA (*)											
CDE (**)	2.266	(5.960)	(3.694)	(8.600)	12.061	(2.806)	-	(8.871)	(9.020)	(2.889)	(11.910)
Custos energia elétrica	(47.789)	(22.265)	(70.055)	(35.946)	66.175	(3.741)	-	-	(30.441)	(13.125)	(43.566)
ESS e EER (***)	23.029	(14.318)	8.711	4.466	(4.648)	2.392	-	-	4.942	5.978	10.921
Proinfa	-	(308)	(308)	(762)	973	(54)	-	-	-	(152)	(152)
Rede básica	50.970	8.467	59.437	14.464	(52.104)	5.257	-	-	16.013	11.040	27.053
Repasso de Itaipu	4.230	10.489	14.720	14.807	(12.532)	784	-	-	17.056	722	17.778
Transporte de Itaipu	5.215	428	5.642	165	(4.708)	561	-	-	284	1.376	1.660
Neutralidade dos encargos setoriais	(19.472)	(4.786)	(24.258)	(19.129)	20.752	(1.332)	-	-	(19.274)	(4.694)	(23.967)
Sobrecontratação	1.719	3.385	5.104	(2.622)	(4.762)	(510)	-	-	(3.196)	405	(2.791)
Bandeira Tarifária faturada	(2)	-	(2)	(1.603)	-	-	-	-	(1.605)	-	(1.605)
Outros componentes financeiros	(7.317)	529	(6.788)	(22.646)	63.833	(4.681)	(79.013)	-	(25.396)	(23.899)	(49.295)
Devolução do crédito de PIS/COFINS	-	(10.751)	(10.751)	-	71.813	-	(79.013)	-	-	(17.951)	(17.951)
Outros	(7.317)	11.280	3.963	(22.646)	(7.980)	(4.681)	-	-	(25.396)	(5.948)	(31.344)
Total	12.848	(24.339)	(11.490)	(57.406)	85.038	(4.130)	(79.013)	(8.871)	(50.636)	(25.238)	(75.874)
Ativo circulante			9.970								-
Ativo não circulante			2.879								-
Passivo circulante			(20.919)								(64.017)
Passivo não circulante			(3.420)								(11.857)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.12. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS e COFINS: conforme a Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.311 relativa ao RTA de 2024, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2024 (nota 8.1). (ii) Outros: refere-se principalmente à ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão, CDE Escassez, entre outros.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2024 ocorreu em abril e foi homologado pelo Despacho nº 1.239 de 23 de abril de 2024.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e (débitos) fiscais diferidos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>(Débito) Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	6.426	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(10.841)</u>	<u>3.819</u>
Subtotal	(4.415)	3.819
<u>(Débito) Crédito de contribuição social</u>		
Prejuízos fiscais	17.740	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(30.111)</u>	<u>10.653</u>
Subtotal	(12.371)	10.653
Total	<u>(16.785)</u>	<u>14.472</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, bases negativas e prejuízos fiscais estão baseadas nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis:

	31/12/2024		31/12/2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.893	8.035	2.843	7.896
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.176	3.266	994	2.760
Programas de P&D e eficiência energética	1.177	3.269	1.151	3.198
Provisão relacionada a pessoal	302	840	294	815
Marcação a Mercado - Derivativos	1.208	3.355	1.775	4.930
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.502)	(4.172)	(1.657)	(4.604)
Derivativos	(10.769)	(29.913)	3.428	9.521
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.390)	(3.861)	(1.919)	(5.332)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(4.860)	(13.500)	(4.041)	(11.225)
Instrumentos financeiros	804	2.235	804	2.235
Outros	121	337	149	458
Total	(10.841)	(30.111)	3.819	10.653

10.3 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de bases negativas e prejuízos fiscais e diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2025	33.640
2026	4.836
2027	4.836
2028	1.833
2029	1.833
2030 a 2035	6.204
Total	53.182

10.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios:

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	187.820	187.820	145.268	145.268
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(263)	(263)	(362)	(362)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	18.422	18.422	12.154	12.154
Juros sobre o capital próprio	(16.649)	(16.649)	(30.000)	(30.000)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(38.090)	(35.519)	2.181	(1.442)
Base de cálculo	151.240	153.812	129.240	125.618
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(13.612)	(38.453)	(11.632)	(31.404)
Provisão para riscos fiscais	(86)	(558)	134	(19)
Total	(13.698)	(39.011)	(11.497)	(31.424)
Corrente	(5.465)	(15.987)	(16.647)	(45.731)
Diferido	(8.233)	(23.024)	5.151	14.307

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício é de R\$ 31.257 (R\$ 19.458 em 2023) refere-se a (i) diferenças temporárias R\$ 55.423 (R\$ 19.458 em 2023), compensado por (ii) bases negativas e prejuízos fiscais R\$ 24.166.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2022	140.488
Transferência - ativo contratual	35.391
Transferência - ativo intangível	86
Ajuste ao valor justo	7.214
Baixas	(67)
Saldo em 31/12/2023	183.111
Transferência - ativo contratual	60.780
Transferência - ativo intangível	(1.269)
Ajuste ao valor justo	10.133
Baixas	(2.821)
Saldo em 31/12/2024	249.935

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição – “VNR” – nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do exercício.

Em 2024, o valor das baixas de R\$ 2.821 (R\$ 67 em 2023) refere-se: baixa do ativo de R\$ 1.790 (R\$ 12 em 2023) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 1.031 (R\$ 56 em 2023).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos - Plano de previdência privada	1.752	1.373	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	4.960	4.837	-	-
Ordens em curso	5.314	6.315	-	-
Serviços prestados a terceiros	704	1.698	-	-
Despesas antecipadas	8.093	6.371	939	1.430
Contas a receber - CDE	34.062	19.614	-	-
Adiantamentos a funcionários	1.004	1.036	-	-
Arrendamentos e aluguéis	2.571	3.085	-	-
Outros	7.935	3.066	833	766
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(686)	(654)	-	-
Total	65.709	46.741	1.772	2.197

Ordens em curso: compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 20).

Despesas antecipadas: refere-se principalmente a antecipação de despesas com IPVA, licença de software e PROINFA.

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.513 (R\$ 2.290 em 31 de dezembro de 2023), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 31.023 (R\$ 16.803 em 31 de dezembro de 2023) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 526 (R\$ 521 em 31 de dezembro de 2023) – (nota 23.3).

Outros: refere-se, principalmente ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2022	139.496
Adições	274.192
Transferência - Ativo intangível	(134.132)
Transferência - Ativo financeiro	(35.391)
Saldo em 31/12/2023	244.166
Adições	389.430
Transferência - Ativo intangível	(184.440)
Transferência - Ativo financeiro	(60.780)
Saldo em 31/12/2024	388.375

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2022	1.030.671	54	1.030.726
Custo histórico	1.651.324	296	1.651.621
Amortização acumulada	(620.653)	(242)	(620.895)
Amortização	(71.470)	(45)	(71.515)
Transferência - ativo contratual	134.132	-	134.132
Transferência - ativo financeiro	(86)	-	(86)
Baixa e transferência - outros ativos	(13.625)	-	(13.625)
Saldo em 31/12/2023	1.079.622	10	1.079.632
Custo histórico	1.755.166	296	1.755.463
Amortização acumulada	(675.544)	(286)	(675.831)
Amortização	(78.288)	(10)	(78.299)
Transferência - ativo contratual	184.440	-	184.440
Transferência - ativo financeiro	1.269	-	1.269
Baixa e transferência - outros ativos	(11.540)	-	(11.540)
Saldo em 31/12/2024	1.175.503	-	1.175.503
Custo histórico	1.908.214	296	1.908.511
Amortização acumulada	(732.711)	(296)	(733.007)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2024 foram capitalizados R\$ 4.313 (R\$ 3.257 em 2023) a uma taxa média de 7,66% a.a. (7,38% a.a. em 2023) (nota 26).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-

se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2024 e 2023, não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

(15) FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Encargos de serviço do sistema	2.425	3.769
Suprimento de energia elétrica	67.786	62.861
Encargos de uso da rede elétrica	31.329	33.003
Materiais e serviços	79.476	45.128
Energia livre	2.625	2.367
Total	<u>183.642</u>	<u>147.129</u>

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	389.938	-	(41.976)	34.292	-	(16.419)	365.835
Gastos com captação	(2.776)	-	-	453	-	-	(2.323)
Total moeda nacional	<u>387.162</u>	<u>-</u>	<u>(41.976)</u>	<u>34.745</u>	<u>-</u>	<u>(16.419)</u>	<u>363.512</u>
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	521.379	28.700	(65.865)	20.397	138.198	(19.391)	623.418
Euro	83.144	-	-	3.989	15.750	(3.314)	99.569
Marcação a mercado	(18.415)	-	-	1.725	-	-	(16.690)
Total moeda estrangeira	<u>586.108</u>	<u>28.700</u>	<u>(65.865)</u>	<u>26.111</u>	<u>153.948</u>	<u>(22.705)</u>	<u>706.297</u>
Total	<u>973.270</u>	<u>28.700</u>	<u>(107.841)</u>	<u>60.856</u>	<u>153.948</u>	<u>(39.124)</u>	<u>1.069.809</u>
Circulante	88.521						500.567
Não circulante	884.749						569.242
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	403.269	-	(31.805)	35.906	-	(17.432)	389.938
Gastos com captação	(3.229)	-	-	453	-	-	(2.776)
Total moeda nacional	<u>400.040</u>	<u>-</u>	<u>(31.805)</u>	<u>36.359</u>	<u>-</u>	<u>(17.432)</u>	<u>387.162</u>
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	366.420	232.049	(43.705)	15.326	(35.834)	(12.877)	521.379
Euro	-	81.564	-	2.471	(891)	-	83.144
Marcação a mercado	(30.858)	-	-	12.443	-	-	(18.415)
Total moeda estrangeira	<u>335.562</u>	<u>313.613</u>	<u>(43.705)</u>	<u>30.240</u>	<u>(36.725)</u>	<u>(12.877)</u>	<u>586.108</u>
Total	<u>735.602</u>	<u>313.613</u>	<u>(75.509)</u>	<u>66.599</u>	<u>(36.725)</u>	<u>(30.309)</u>	<u>973.270</u>
Circulante	77.398						88.521
Não circulante	658.204						884.749

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas

oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 16.690 (R\$ 18.415 em 31 de dezembro de 2023), que compensados com as perdas acumuladas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 20.404 (R\$ 19.689 em 31 de dezembro de 2023), contratados para proteção da variação cambial (nota 30.b), geraram uma perda líquida não realizada de R\$ 3.714 (R\$ 1.274 em 31 de dezembro de 2023).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2024	31/12/2023	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80%	365.835	389.938	2020 a 2040	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Gastos com captação		(2.323)	(2.776)		
Total moeda nacional		363.512	387.162		
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US\$ + de 1,85% a 5,91%	623.418	521.379	2023 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Euro	Euro + 4,2245%	99.569	83.144	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(16.690)	(18.415)		
Total moeda estrangeira		706.297	586.108		
Total		1.069.809	973.270		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 77,6% a 82,0% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2026	304.522
2027	42.647
2028	30.476
2029	18.110
2030	17.861
2031 a 2035	90.552
2036 a 2040	78.728
Subtotal	582.897
Marcação a mercado	(13.654)
Total	569.242

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2024	2023	31/12/2024	31/12/2023
IPCA	4,83	4,62	33,98	39,78
CDI	12,15	11,65	66,02	60,22
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Valor	Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro / taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda Estrangeira Emprestimos bancários (Lei 4.131)	28.700	Semestral	Parcela única em Fevereiro de 2025	Capital de Giro	USD + 5,72%	CDI + 0,60%

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	96.005	300.000	(95.000)	11.293	(10.304)	301.994
Gastos com captação	(25)	(1.981)	-	117	-	(1.888)
Total ao custo	95.980	298.019	(95.000)	11.411	(10.304)	300.107
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	-	181.000	-	18.377	(5.958)	193.419
Marcação a mercado	-	-	-	(20.806)	-	(20.806)
Total ao valor justo	-	181.000	-	(2.429)	(5.958)	172.613
Total	95.980	479.019	(95.000)	8.981	(16.261)	472.720
Circulante	95.980					5.123
Não circulante	-					467.597

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	192.494	(95.000)	18.326	(19.815)	96.005
Gastos com captação	(84)	-	59	-	(25)
Total ao custo	192.409	(95.000)	18.386	(19.815)	95.980
Total	192.409	(95.000)	18.386	(19.815)	95.980
Circulante	97.434				95.980
Não circulante	94.975				-

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures, e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 20.806, que reduzido das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 13.822, contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 6.984.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2024	31/12/2023	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 0,59% 107% do CDI	301.994	96.005	2024 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(1.888)	(25)		
Total mensuradas ao custo		300.107	95.980		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + 5,79%	193.419	-	2031	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(20.806)	-		
Total mensuradas ao valor justo		172.613	-		
Total		472.720	95.980		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo é de 105,1% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2030	118.301
2031 a 2035	370.102
Subtotal	488.403
Marcação a mercado	(20.806)
Total	467.597

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberados em 2024	Liberado líquido dos gastos com emissão	Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual / taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda nacional								
4ª Emissão	181.000	181.000	181.000	Semestral	Parcela única - mar/31	Investimento	IPCA + 5,79%	CDI + 0,30%
5ª Emissão	300.000	300.000	298.019	Trimestral	05 Parcelas trimestrais - início em set/30	Capital de giro	CDI + 0,59%	Não se aplica

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas semestralmente e apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	18.681	6.337	6.335
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	6.827	734	894
Total	-	25.508	7.071	7.229

Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	6.005	25.506
Programa de integração social - PIS	1.290	1.452
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.013	6.722
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	1.121
Outros	4.913	3.021
Total	18.222	37.822

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso de IRPJ em questão refere-se a Mandado de Segurança que discute a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 19 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	16.325	4.612	15.195	4.365
Cíveis	529	268	1.745	254
Fiscais	12.853	12.683	12.705	14.140
Regulatórios	3.384	-	3.058	-
Total	33.090	17.563	32.704	18.759

A movimentação das provisões, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	15.195	2.414	(273)	(2.230)	1.219	16.325
Cíveis	1.745	2.965	(202)	(4.125)	146	529
Fiscais	12.705	2.063	(2.548)	(817)	1.450	12.853
Regulatórios	3.058	-	-	-	325	3.384
Total	32.704	7.441	(3.024)	(7.172)	3.140	33.090

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo PIS e COFINS e ICMS.

- **Regulatórios:** os processos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim representadas:

	31/12/2024	31/12/2023	Principais causas
Trabalhistas	6.749	6.262	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	26.254	21.325	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação da faixa de domínio
Fiscais	62.341	97.379	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	54.516	57.257	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	4.311	4.327	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	154.171	186.550	

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Consumidores e concessionárias	27.416	17.717	-	-
Bônus Itaipu	8.602	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	6.312	3.453	2.704	2.346
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7.285	8.461	877	2.327
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	2.444	3.099	-	-
Fundo de reversão	185	185	2.286	2.471
Adiantamentos	538	402	13	200
Folha de pagamento	838	921	-	-
Participação nos lucros	3.686	3.878	950	943
Convênios de arrecadação	5.297	4.304	-	-
Outros	17.703	3.369	1.208	1.194
Total	80.306	45.790	8.039	9.482

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Bônus Itaipu: refere-se ao valor recebido da Companhia Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) em decorrência do saldo anual superavitário da Conta Comercialização da Energia Elétrica da usina hidrelétrica de Itaipu (Conta de Itaipu) referente ao ano 2023, que será repassado aos consumidores das classes residencial e rural que tiveram ao menos um mês de consumo inferior a 350 kWh no mesmo ano que houve superávit na Conta de Itaipu, por meio de aplicação da Tarifa Bônus definida pela Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica (STR) da ANEEL. Em 2024, foi homologado por meio da REH n.º 3.420, e será repassado aos consumidores elegíveis nas faturas que serão emitidas a partir de janeiro de 2025.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei n.º 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL n.º 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de

dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se principalmente ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.13).

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	359.058.396	359.058.396	100,00
Total	359.058.396	359.058.396	100,00

21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

A dívida líquida da Companhia alcançou 4,03 vezes o EBITDA em 2024 (3,43 vezes em 2023), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Embora o índice de 2024 tenha ficado acima, isso não acarreta como consequência o vencimento antecipado de nenhuma dívida, nem prejuízos às operações da Companhia.

21.2 Capital social

Através da AGO/E de 25 de abril de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 33.820, decorrente destinação de parte do resultado apurado no exercício de 2023 sem emissão de novas ações.

21.3 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 364.552, que compreende: (i) Reserva legal R\$ 11.873, (ii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R\$ 289.210, (iii) Reserva de lucros a realizar R\$ 14.962 e (iv) outras destinações R\$ 48.507.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 11.638/2007, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar não poderá ultrapassar o capital social.

O limite atingido pela Companhia será deliberado em assembleia, e equacionado mediante aumento de capital.

21.4 - Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 25 de abril de 2024 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2023, através de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 30.000 declarados em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023, 29 de setembro de 2023 e 29 dezembro de 2023.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2024:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 16.649 (R\$ 14.152 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024, aprovado em AGE de março e setembro;
- Dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 15.440, que será deliberado na Assembleia Geral Ordinária em abril de 2025.

No exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 12.920 referente a juros sobre capital próprio.

21.5 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	135.111
Realização da reserva de correção monetária especial "CME"	1
Lucro líquido base para destinação	135.112
Reserva legal	(6.756)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(41.753)
Reserva de lucros a realizar	(6.007)
Outras destinações - proposta de aumento de capital	(48.507)
Juros sobre capital próprio - AGE de 28/03/2024 e 30/09/2024	(16.649)
Dividendo mínimo obrigatório	(15.440)

Considerando o elevado plano de investimento da Companhia para os próximos anos, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 41.753 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 6.007, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Além disso, a administração está propondo aos acionistas na próxima AGO/E que parte do resultado da Companhia seja destinado a aumento de capital ou outra forma conforme legislação societária no montante de R\$ 48.507.

Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações nas reservas poderão ser realizadas durante o exercício de 2025, mediante aprovação da Administração.

(22) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	135.111	102.347
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	359.058.396	359.058.396
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	376,29	285,04

Nos exercícios de 2024 e 2023 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita de operações com energia elétrica	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Classe de consumidores						
Residencial	460.487	448.798	1.015	948	820.444	691.295
Industrial	2.591	3.022	159	194	132.268	141.892
Comercial	25.971	26.453	282	290	248.341	227.204
Rural	19.808	20.011	282	249	195.106	159.258
Poderes públicos	4.574	4.420	77	71	63.490	53.478
Iluminação pública	575	563	118	121	56.609	52.257
Serviço público	788	753	100	105	75.381	70.501
Fornecimento faturado	514.794	504.020	2.032	1.978	1.591.639	1.395.885
Consumo próprio	109	111	2	2	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(22.652)	16.866
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(937.503)	(838.010)
Fornecimento de energia elétrica	514.903	504.131	2.034	1.980	631.484	574.741
Concessionárias, permissionárias e autorizadas			23	53	24.770	43.421
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(18.516)	(25.495)
Energia elétrica de curto prazo			166	53	24.209	4.025
Suprimento de energia elétrica			189	107	30.463	21.951
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					956.019	863.505
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					368.039	294.171
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(3.633)	(4.171)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					388.742	265.403
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					27.632	79.567
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					9.102	7.158
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					143.801	116.128
Outras receitas e rendas					35.505	34.291
Outras receitas operacionais					1.925.207	1.656.052
Total da receita operacional bruta					2.587.155	2.252.744
Deduções da receita operacional						
ICMS					(310.015)	(240.172)
PIS					(30.395)	(27.990)
COFINS					(139.328)	(128.960)
ISS					(16)	(5)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(279.069)	(282.701)
Programa de P & D e eficiência energética					(14.033)	(12.590)
PROINFA					(12.892)	(12.878)
Bandeiras tarifárias e outros					(3.440)	(4.778)
Outros					(2.392)	(2.118)
					(791.583)	(712.192)
Receita operacional líquida					1.795.573	1.540.552

23.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL n° 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão

tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em função da renovação da concessão em 2015, os valores constituídos a partir de março de 2017 passaram a ser amortizados conforme os demais itens da tarifa da conta de ativos e passivos financeiros setoriais, ou seja, no momento da homologação do RTA, conforme orientação do Ofício Circular nº 112/2017-SFF/ANEEL e do submódulo 2.1 A Procedimentos gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

23.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em março de cada ano, através de Resolução Homologatória (“REH”), a ANEEL reajusta a tarifa da Companhia, de 22 de março até 21 de março do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

- Em 2024, através da REH nº 3.311, relativa ao resultado da RTA, o reajuste médio foi de 7,02%, sendo 8,22% referente ao reajuste tarifário econômico e -1,20% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 5,63%.
- Em 2023, através da REH nº 3.178, relativa ao resultado da RTA, o reajuste médio foi de 5,65%, sendo 4,41% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,23% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 9,02%.

23.3 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2024, foi registrada receita de R\$ 143.801 (R\$ 116.128 em 2023), sendo (i) R\$ 14.265 (R\$ 13.881 em 2023) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 115.532 (R\$ 87.287 em 2023) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 5.971 de subvenção CCRBT (R\$ 10.928 em 2023) e (iv) R\$ 8.033 de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-generador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022 (R\$ 4.032 em 2023).

23.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 3.305, de 14 de novembro de 2023, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A REH nº 3.426, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2024 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2024.

A CDE Conta-Covid foi criada pela REN nº 885, de 23 de junho de 2020 com as quotas homologadas pelo Despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, com retificação por meio do Despacho nº 939 de 05 de abril de 2021. O Despacho nº 689 de 06 de março de 2024 homologou os valores revisados das quotas mensais da CDE Conta-Covid.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, cujas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023, sendo os valores pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Conta-Covid e CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessas contas foram encerrados em setembro de 2024.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2024	2023	2024	2023
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	490	501	112.500	108.231
PROINFA	46	46	17.985	21.374
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.030	1.906	451.802	362.532
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(53.580)	(45.083)
Subtotal	2.566	2.454	528.708	447.053
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			274.538	254.579
Encargos de transporte de itaipu			18.042	18.417
Encargos de conexão			9.861	7.463
Encargos de uso do sistema de distribuição			4.387	17.495
Encargos de serviço do sistema - ESS liquidado do repasse da CONER (*)			8.601	7.740
Encargos de energia de reserva - EER			45.121	49.151
Crédito de PIS e COFINS			(33.348)	(32.820)
Subtotal			327.203	322.025
Total			855.912	769.078

(*) Conta de energia de reserva

(25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	50.141	54.279	-	-	7.339	7.648	17.847	18.956	-	-	75.327	80.883
Material	14.637	13.289	115	134	134	114	1.201	3.251	-	-	16.087	16.788
Serviços de terceiros	26.438	21.702	258	268	18.034	15.322	28.930	27.893	-	-	73.659	65.185
Custos com construção da infraestrutura	-	-	388.742	265.403	-	-	-	-	-	-	388.742	265.403
Outros	(251)	199	-	-	4.802	4.604	10.566	14.332	7.308	9.644	22.425	28.779
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	4.345	4.323	-	-	-	-	4.345	4.323
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	387	995	-	-	387	995
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.021	1.088	-	-	1.021	1.088
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	6.648	10.607	-	-	6.648	10.607
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	6.717	9.097	6.717	9.097
Outros	(251)	199	-	-	457	281	2.511	1.641	591	547	3.308	2.669
Total	90.964	89.470	389.115	265.806	30.309	27.688	58.544	64.432	7.308	9.644	576.240	457.040

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	13.644	19.725
Acréscimos e multas moratórias	19.467	15.268
Atualização de créditos fiscais	17.611	2.442
Atualização de depósitos judiciais	1.103	1.468
Atualizações monetárias e cambiais	2.556	4.540
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.577	775
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	4.140	5.606
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(2.654)	(1.538)
Outros	2.630	2.963
Total	60.074	51.249
Despesas		
Encargos de dívidas	(70.421)	(55.925)
Atualizações monetárias e cambiais	(64.658)	(81.252)
(-) Juros capitalizados	4.313	3.257
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(8.270)	(3.701)
Atualização da exclusão do ICMS da base de		
PIS/COFINS (nota 8.1)	(360)	(758)
Outros	(6.956)	(4.142)
Total	(146.352)	(142.520)
Resultado financeiro	(86.277)	(91.271)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,66% a.a. em 2024 (7,38% a.a. em 2023) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 98.047 (perda de R\$ 82.069 em 2023) (nota 30).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços:** Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** A Companhia cobra

tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2024, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas foi de R\$ 2.470 (R\$ 3.798 em 2023). Este valor é composto por R\$ 2.130 (R\$ 3.358 em 2023) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 39 (R\$ 30 em 2023) de benefícios pós-emprego e R\$ 300 (R\$ 411 em 2023) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	432	660	1.748	1.754	-	-	15.416	17.176
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	1	-	848	283	248	102	255
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	29.592	12.920	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	60.475	49.905	21.130	7.216	25	6	23.823	23.129
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	238	44	274	329	2.251	2.552	4.922	4.653
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	100	138	-	-	1.059	899
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	20.275	19.721
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	257	254
Entidades sob o controle da CPFL Energia	16	13	7.248	1.944	6	6	-	-

A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 55.691 no exercício (R\$ 49.786 em 2023), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(28) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2024
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	156.000
Transporte	Transporte nacional e internacional	67.844
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	50.736
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	59.368
Garantia	Seguro Garantia	97.534
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		581.482

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(29) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (Data Protection Officer), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Risco;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
 - a) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2024, observou-se uma hidrologia desfavorável, especialmente na região sudeste/centro-oeste, com ocorrência de eventos extremos pontuais (cheias no Rio Grande do Sul e grandes períodos secos na região Norte do país). Contudo, devido à diversificação da matriz energética brasileira e grande participação de fontes renováveis, os principais reservatórios iniciaram 2025 em níveis confortáveis para geração de energia elétrica.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se

utilizar do sistema de *software* Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria / Mensuração	Nível (*)	31/12/2024	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	43.125	43.125
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	211.769	211.769
Derivativos	30	(a)	Nível 2	92.568	92.568
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	249.935	249.935
Total				597.396	597.396
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	363.512	363.512
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	706.297	706.297
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	300.107	295.501
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	172.613	172.613
Derivativos	30	(a)	Nível 2	7.141	7.141
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	75.874	75.874
Total				1.625.544	1.620.938

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 19.081 em 2024 (uma perda R\$ 12.443 em 2023).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) Valor justo contra o resultado

(b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, e (v) convênios de arrecadação;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo de arrendamento e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, assim a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	81.602	-	81.602	101.706	(20.104)	US\$ + de 1,85% a 5,91%		506.224
Empréstimos bancários - Lei 4.131	10.965	-	10.965	11.266	(300)	EUR + de 4,22%		81.564
	92.568		92.568	112.972	(20.404)			
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	-	(7.141)	(7.141)	6.681	(13.822)	IPCA + 5,79%		181.000
		(7.141)	(7.141)	6.681	(13.822)			
Total	92.568	(7.141)	85.427	119.653	(34.226)			
Circulante	72.356	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	20.212	(7.141)	-	-	-	-	-	-

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2024
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	(38.084)	112.585	45.152	119.653
Marcação a mercado	(19.689)	(14.538)	-	(34.226)
Total	(57.773)	98.047	45.152	85.427
Ativo circulante	1.701			72.356
Ativo não circulante	3.438			20.212
Passivo não circulante	(62.912)			(7.141)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no

resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2024 e 2023, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	2024	2023
Varição de taxas de juros	1.766	-
Marcação a mercado	(13.823)	-
Varição cambial	110.819	(91.358)
Marcação a mercado	(715)	9.289
Total	98.047	(82.069)

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foi de R\$ 10.133 (R\$ 7.214 em 2023), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 23.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2024 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(606.357)		(56.275)	109.383	275.041
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	610.322		56.643	(110.098)	(276.839)
	3.965	baixa dólar	368	(715)	(1.798)
Instrumentos financeiros passivos	(99.940)		(11.192)	16.591	44.374
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	100.060		11.206	(16.611)	(44.427)
	119	baixa euro	14	(20)	(53)
Total	4.084		382	(735)	(1.851)
Efeitos no resultado do exercício			382	(735)	(1.851)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2024 foi de R\$ 6,19 para o dólar e R\$ 6,43 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 6,77 e R\$ 7,15 e a depreciação cambial de 9,28% e 11,20%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2024.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem ativas, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	250.537				38.608	48.260	57.911
Instrumentos financeiros passivos	(301.994)				(46.537)	(58.172)	(69.806)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(806.840)				(124.334)	(155.417)	(186.501)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(75.874)				(11.692)	(14.615)	(17.538)
	(934.172)	alta CDI/Selic	12,15%	15,41%	(143.955)	(179.944)	(215.934)
Instrumentos financeiros passivos	(538.448)				(45.391)	(56.739)	(68.087)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	181.885				15.333	19.166	22.999
Ativo financeiro da concessão	249.935				21.069	26.337	31.604
	(106.629)	alta IPCA	4,83%	8,43%	(8.989)	(11.236)	(13.484)
Total	(1.040.800)				(152.944)	(191.180)	(229.418)
Efeitos no resultado do exercício					(152.944)	(191.180)	(229.418)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 30b). A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2024	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	163.709	19.933	-	-	-	-	183.642
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	4.899	374.194	303.178	396.708	69.268	244.340	1.392.587
Derivativos	30	-	-	-	-	-	7.141	7.141
Debêntures - principal e encargos	17	-	21.176	45.016	105.841	91.626	534.941	798.600
Taxas regulamentares	-	1.399	-	-	-	-	-	1.399
Outros	20	13.709	27.653	2.582	2.286	-	-	46.229
Consumidores e concessionárias	-	5.090	22.326	-	-	-	-	27.416
Bônus Itaipu	-	8.602	-	-	-	-	-	8.602
EPE / FNDCT / PROCEL	-	-	-	2.444	-	-	-	2.444
Convênio de arrecadação	-	-	5.297	-	-	-	-	5.297
Fundo de reversão	-	16	31	138	2.286	-	-	2.471
Total		183.715	442.956	350.776	504.836	160.894	786.422	2.429.599

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2024, um valor de R\$ 4.313 (R\$ 3.257 em 2023) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Ainda em 2024, houve o aumento do capital social (nota 21) da Companhia no montante de R\$ 33.820, decorrente de parte do resultado apurado no exercício de 2023, sem emissão de novas ações.

(32) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2024	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 21 anos	293.961	622.897	546.926	2.498.853	3.962.638
Compra de energia de Itaipu	Até 21 anos	105.695	152.159	95.182	691.458	1.044.496
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 21 anos	340.938	674.275	649.739	5.053.387	6.718.339
Projetos de construção de subestação	Até 5 anos	93.142	108.300	68.656	-	270.098
Fornecedores de materiais e serviços	Até 5 anos	69.530	90.225	15.033	-	174.788
Total		903.266	1.647.856	1.375.537	8.243.698	12.170.358

DIRETORIA

RAFAEL LAZZARETTI

Diretor Presidente

RAFAEL LAZZARETTI

Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores interino

**JAIRO EDUARDO DE BARROS
ALVARES**

Diretor de Assuntos Regulatórios

GUSTAVO KODAMA UEMURA

Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA

Diretor de Operações

HONG ZHA

Diretora Administrativa

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE

Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6

Companhia Jaguari de Energia
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Jaguari de Energia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Jaguari de Energia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

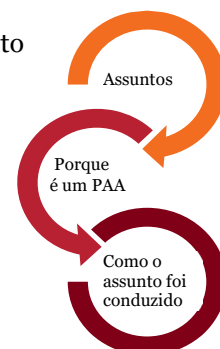
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.8 e 7)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2024 somava R\$ 74.274 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida,

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Mensuração e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 13 e 14)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta saldos de ativo financeiro da concessão, ativos contratual e intangível (direito de concessão - infraestrutura), nos valores de R\$ 249.935 mil, R\$ 388.376 mil e R\$ 1.175.502 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15).

O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro da concessão, ativo contratual e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo contratual, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação.

Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro da concessão, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais

Porque é um PAA

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

divulgados.

Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as premissas e critérios adotados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de



Companhia Jaguari de Energia

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Correia
Auditores Independentes Ltda.
1BA029904/O-5
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho
Contador CRC